

# A inclusão da criança com autismo nas séries iniciais do Ensino Fundamental

MOREIRA, Andreia Beatriz<sup>1</sup>

Orientadora: KIKUICHI, Vivian Zerbinatti da Fonseca<sup>2</sup>

---

**RESUMO:** Este estudo tem o intuito de analisar como a criança com diagnóstico ou hipótese diagnóstica do Transtorno do Espectro Autista está sendo inserida no contexto educacional, com foco nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Por se tratar de um tema relativamente novo e com muitas nuances a serem desvendadas, muitos são os desafios e barreiras a serem vencidas dentro da sociedade contemporânea. Família, profissionais da saúde, equipe pedagógica e sociedade como um todo devem ser elos para que a inclusão seja um processo de fato significativo. A criança diagnosticada com TEA não se diferencia dos demais alunos das escolas regulares, são capazes de aprender e ganhar autonomia social, basta ganhar credibilidade e confiança para tal. O processo inclusivo vem quebrando paradigmas, pautado em um arcabouço legal e diante de uma demanda crescente em nossa sociedade. Os profissionais da área da educação encontram muitas dificuldades em lidar com uma criança com transtorno do espectro autista bem como com o relacionamento com suas famílias. A capacitação profissional é uma vertente importante para que as dificuldades sejam amenizadas, pois o conhecimento é fundamental para práticas significativas.

**Palavras chave:** Autismo. Inclusão. Educação.

---

**ABSTRACT:** This study aims to analyze how the child with a diagnosis or diagnostic hypothesis of autism spectrum disorder is being inserted in the educational context, focusing on the initial grades of Elementary School. As it is a relatively new topic and with many nuances to be unveiled, there are many challenges and barriers to be overcome within contemporary society. Family, health professionals, pedagogical staff and society as a whole must be links for inclusion to be a truly meaningful process. The child diagnosed with ASD does not differ from other students in regular schools, they are able to learn and gain social autonomy, just gain credibility and confidence to do so. The inclusive process

---

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Sociais pelo Centro de Ensino Superior de Uberaba (2008). Graduada em Pedagogia pela Universidade de Uberaba (2015). Cursando Psicopedagogia pela Universidade de Uberaba (2021). Professora da rede municipal de ensino da cidade de Uberaba. Andreia.moreira@edu.uberabadigital.com.br

<sup>2</sup> Mestre em Educação pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (2018). Pós-graduada em Psicopedagogia (2005), Língua Brasileira de Sinais (2011) e Atendimento Educacional Especializado (2012). Professora convidada no curso de Pós-graduação em Psicopedagogia Institucional e Clínica na Universidade de Uberaba. Professora de Educação Básica da Prefeitura Municipal de Uberaba desde 2003. Atua, desde 2016, como Tradutora/Intérprete de Libras no contexto Educacional. Vivian.zerbinatti@uberabadigital.com.br

has been breaking paradigms, based on a legal framework and facing a growing demand in our society. Education professionals find it very difficult to deal with a child with autism spectrum disorder as well as with their relationship with their families. Professional training is an important aspect for the difficulties to be mitigated, as knowledge is essential for significant practices.

---

**Keywords:** Autism. Inclusion. Education.

---

## Introdução

Os diagnósticos do Transtorno do Espectro Autista são cada vez mais frequentes na sociedade contemporânea. Muitas crianças são diagnosticadas em idade escolar, e comumente são os professores em sala de aula que levantam as primeiras suspeitas em relação ao aluno que apresenta características similares ao transtorno.

O aluno com autismo cria formas próprias de relacionamento com o mundo social. Suas capacidades e limitações devem ser apreendidas e tomadas como base para um acompanhamento significativo e eficaz.

O processo de inclusão escolar de indivíduos com necessidades especiais nos dias atuais ocorre de forma gradativa e necessária; por muitos anos esses sujeitos foram deixados à margem da sociedade por diversos motivos.

Está previsto na Constituição Federal de 1988 o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, para o que antes era definido como Educação Especial e todas as suas formas de intervenção. Em seu Artigo 208, a Constituição Federal determina que esse atendimento ocorra, preferencialmente, na rede regular de ensino. Estamos vivenciando um momento de suma importância atualmente, pois o processo de inclusão está se concretizando a cada dia, porém muitos entraves surgem para que possamos vencer e efetivamente proporcionarmos a proposta exposta no arcabouço legal de nosso país

Segundo Mantoan (2005), inclusão é a capacidade de perceber e reconhecer o outro, nos proporcionando assim, a vantagem de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. Para ela, a educação inclusiva deve acolher todas as pessoas sem exceções. A escola precisa se abrir às diferenças e aprender a trabalhar com todos os educandos, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais.

Um dos aspectos abordados nesse estudo é a importância da parceria escola/família no processo de inclusão do aluno autista, pois o diagnóstico, na maioria das vezes, não é encarado de forma confortável pelo membro familiar, pois envolve uma cultura muito enraizada em nossa sociedade, reflexo de uma história de exclusão, falta de informação e preconceito diante da possibilidade de lidar com uma criança “fora dos padrões” que a própria sociedade estabelece.

Diante do exposto acima, faz-se necessário pensar sobre alguns questionamentos: Como a criança com diagnóstico do espectro autista está sendo recebida nas escolas públicas? Que trabalho está sendo desenvolvido com estas crianças?

Existe uma pesquisa prévia sobre o meio que ela está inserida, sua família, sua história de vida? Os profissionais que a recebem estão qualificados? Como se dá o processo inclusivo para a criança autista?

Por isso, o presente trabalho tem como objetivo, entender como a inclusão da criança com autismo matriculada nas séries iniciais do Ensino Fundamental ocorre, quais desafios e dificuldades são encontrados e quais os ganhos que o processo inclusivo traz para o convívio dos alunos nas escolas regulares.

Trata-se também de um levantamento bibliográfico acerca do tema seguido de algumas observações pautadas na experiência da autora com esse público.

## **1. Autismo: um olhar sobre o diferente**

A nomenclatura autismo se faz presente em nosso meio social já há algum tempo, contudo, suas características não se resumem em terminações sucintas e pouco complexas.

Segundo a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, por meio do livro denominado em “Retratos do Autismo no Brasil (2013)”, o autismo foi descrito pela primeira vez em 1943, nos Estados Unidos, pelo médico austríaco Leo Kanner. Em 1944, Hans Asperger, também médico e austríaco, descreveu na Áustria os sintomas do autismo de maneira muito semelhante à de Kanner, mesmo sem ter havido nenhum contato entre eles.

Os primeiros estudos científicos registrados sobre o autismo permeiam o início do século 20, portanto, são considerados estudos relativamente novos.

O termo autismo permeia nossa literatura ora como generalização de conjunto de sinais e sintomas, ora como um tipo específico de transtorno do espectro do autismo (TEA). Transtorno global do desenvolvimento (TGD), transtorno do espectro autista (TEA) ou transtorno invasivo do desenvolvimento (TID) são terminologias para nominar o mesmo conjunto de sinais e sintomas (DSM-IV-TR, APA 2002). No DSM-5 (lançado em 22 de maio de 2013), as subdivisões deixam de existir e todos ficam sob o guarda-chuva do TEA, no qual os níveis de comprometimento serão classificados como leve, moderado ou grave. (SCHMIDT, 2013, p.29)

Os diagnósticos do transtorno do espectro do autismo - TEA são cada vez mais evidentes em nossa sociedade contemporânea. Muitas crianças são diagnosticadas em idade escolar e o aumento de informações acerca do assunto é uma vitória, tanto para aqueles que não sabem como lidar com um diagnóstico positivo, quanto para aqueles cujas possibilidades de superação das suas deficiências são muito maiores por já possuírem mais informações e recursos avançados.

Para validar um diagnóstico de TEA é necessário o comprometimento de três áreas de funcionamento cerebral (TUCMAN e RAPIN, 2009): interação social, comunicação e comportamentos repetitivos com interesses restritos. Segundo Schmidt (2013, p.35) “uma característica marcante do indivíduo com TEA são comportamentos de resistência e estresse em relação às mudanças de rotina”.

Os sintomas variam muito de indivíduo para indivíduo. Segundo Cunha (2013), em alguns quadros há impulsos convulsivos devido ao transtorno ser associado a problemas neurológicos e neuroquímicos. O transtorno do espectro autista é uma síndrome complexa, com diagnósticos médicos pautados em comportamentos diferentes.

O diagnóstico precoce é o primeiro grande instrumento da educação. O que torna o papel docente fundamental, pois é na idade escolar, quando se intensifica a interação social da criança, que é possível perceber com maior clareza singularidades comportamentais. (CUNHA, 2013, p.25)

A formação científica do professor regente de sala é de suma importância para o levantamento de hipóteses que indicarão o caminho para que esse indivíduo seja acompanhado por um profissional da saúde para a obtenção do diagnóstico.

Após o diagnóstico confirmado, o indivíduo deve permanecer em seu convívio social gozando de seus direitos plenos de educação e inserção na sociedade. Sabemos que em nossa realidade, por diversos entraves, o pleno direito de convivência social e desenvolvimento não são alcançados de forma satisfatória ou ideal.

A observação e estudo de caso, quando se tem um aluno autista inserido no espaço escolar, é de fundamental importância, pois as características intrínsecas em cada indivíduo são variáveis e o comprometimento de suas habilidades não são padronizados. O aluno deve ser observado como um todo e suas habilidades devem ser ressaltadas e suas limitações encorajadas.

A tendência no autismo em preferir detalhes ao todo tem sido amplamente ilustrada na literatura científica (Frith 1983). A teoria desenvolvida por Utah Frith mostra que alguns pacientes com TEA apresentam o que se chama de *weak central coherence*, ou seja, uma capacidade impressionante em áreas como a matemática ou engenharia em contraponto às dificuldades em linguagem, interpretação e, conseqüentemente, em comunicação. (SCHMIDT, 2013, p.34)

Em seus estudos, a autora sugere que não é possível explicar alguns aspectos do funcionamento do autismo apenas pela “Teoria da Mente” – por exemplo, a insistência na semelhança, a atenção ao detalhe em detrimento da globalidade, a insistência na rotina, as preocupações obsessivas e a existência de capacidades especiais. Em seus trabalhos, a psicóloga propôs uma compreensão nova em relação ao tema na qual afirmava que pessoas com autismo apresentavam uma habilidade limitada em perceber o todo em detrimento dos detalhes e partes isoladas. O entendimento fragmentado sobre os objetos explicaria, entre outros, a pouca habilidade de generalização.

Existe uma crença de que pessoas com autismo possuem níveis de inteligência superiores. Mas houve um motivo para tal pensamento pois as primeiras descrições científicas (ASPERGER, 1944; KANNER, 1943) a respeito da inteli-

gência dessas pessoas, também se pautavam em relatos ressaltando essa vertente. Estes autores se basearam em observações sobre o vocabulário amplo e memória incomparável, o que não se confirmou posteriormente.

Mesmo após desmistificar a representação da pessoa com autismo como uma pessoa com inteligência superior, muitas dúvidas foram geradas a respeito da forma de pensar e entender a caracterização do autismo. As dúvidas em relação à capacidade intelectual chamam a atenção dos estudiosos, bem como o contraste de alto desempenho em algumas tarefas específicas.

Outra característica marcante nos portadores de TEA diz respeito àqueles comportamentos marcados por extrema resistência ou estresse para mudança de rotinas. Entende-se que a busca pela estabilidade remete ao conhecido, ao não ameaçado, e, assim sendo, a mesmice não gera sobressaltos provocados por súbitas oscilações de *input* sensorial fracamente inibido em seu desenvolvimento. Esse olhar não é único a tentar explicar a busca pela mesmice, mas certamente nos possibilita entender um pouco do que o sujeito com TEA busca, ou seja, não ter sobressaltos com o novo. (SCHMIDT, 2013, p.35)

A paixão pela rotina é uma característica latente no comportamento do indivíduo com espectro autista, ela lhe proporciona uma confortável situação para encarar suas vivências, porém, o uso indiscriminado dessa rotina pode acarretar uma perda de vivências e aprendizado para a criança. Um olhar reflexivo por parte do educador deve ser lançado diariamente sobre a implementação da rotina, para que ela seja significativa para o desenvolvimento do aluno.

Outra característica relacionada ao espectro autista são as estereotipias, ou seja, os comportamentos repetitivos que são observados e interpretados muitas vezes de forma equivocada.

[...] E quanto às estereotipias? Elas podem expressar alegrias, emoções, ansiedades, frustrações e momentos de excitação. Por outro lado, em razão delas, o indivíduo priva-se de experiências motoras maturativas, ocasionando a regressão e o bloqueio de habilidades. Diante disso, a observação das estereotipias deve ser feita com todo o cuidado e sensibilidade. Evitando-se o cerceamento e a irritação, é primordial inibir a constante recorrência aos movimentos estereotipados, substituindo por movimentos adequados, de cunho simbólico e social, que produzirão progressos na área cognitiva, motora e comunicativa. (CUNHA, 2013, p.26)

Se o indivíduo manifesta suas emoções por um determinado movimento não convencional, esse pode ser modificado por palmas, por exemplo. Em uma sala cheia de alunos, movimentos disruptivos podem gerar situações adversas, e se o profissional docente não tiver o conhecimento necessário para conduzir a situação pode ocasionar uma situação desfavorável para o processo inclusivo.

O aluno com autismo cria formas próprias de relacionamento com o mundo social. Suas capacidades e limitações devem ser apreendidas e tomadas como base para um acompanhamento significativo e eficaz. Conhecer as características dos indivíduos com Transtorno do Espectro Autista, suas angústias, necessidades, potencialidades é, com certeza, um caminho para que a escola consiga incluí-los em suas atividades diárias, oportunizando a esses alunos o direito de conviver e aprender em condições de igualdade aos demais alunos, sem desconsiderar seus ritmos próprios de aprendizagem.

## 2. Autismo e inclusão escolar

O processo de inclusão escolar de indivíduos com necessidades especiais nos dias atuais ocorre de forma gradativa e necessária; por muitos anos esses sujeitos foram deixados à margem da sociedade por diversos motivos.

A inclusão escolar de sujeitos com deficiência vem sendo objeto de estudo de muitas pesquisas em nossa realidade atual. Entretanto, alguns segmentos de alunos considerados especiais têm sido menos estudados, até porque sua presença nas escolas ainda é pequena. Este é o caso de alunos com diagnóstico de autismo, um tipo de transtorno que se caracteriza por marcantes dificuldades nas interações sociais e limitações na comunicação e comportamentos repetitivos. (CRUZ, 2014, p.19)

Por ser um transtorno que afeta as relações sociais dos sujeitos, o autismo por muitas vezes é encarado como um obstáculo para o desenvolvimento do indivíduo. Segundo Cruz (2014), as normas práticas para a inclusão de alunos autistas devem ser amplamente discutidas em várias instâncias institucionais.

No Brasil, o acesso das crianças com necessidades especiais é garantido por lei (BRASIL, 2008, 2015), e por esse motivo as escolas estão recebendo, cada dia mais, alunos com diversas características, contudo, somente o acesso ao sistema de ensino não é garantia de inclusão. A inclusão só é de fato concretizada, quando a prática condiz com os parâmetros básicos do modelo educacional pautado na inclusão.

Está previsto na Constituição de 1988 o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, para o que antes era definido como Educação Especial e todas as suas formas de intervenção. Em seu Artigo 208, a Constituição determina que esse atendimento ocorra, preferencialmente, na rede regular de ensino. Estamos vivenciando um momento de suma importância atualmente, pois o processo de inclusão está se concretizando a cada dia, porém muitos entraves surgem para que possamos vencer e, efetivamente, proporcionarmos a proposta exposta no arcabouço legal de nosso país.

O Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Especial, tem instituído vários documentos norteadores que englobam a Educação

especial/inclusiva, todos destinados aos alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, um desses referenciais intitulado “Educação Inclusiva Atendimento Educacional Especializado para a Deficiência Mental” (BRASIL, 2006), tem como objetivo oportunizar aos sistemas de ensino, orientações e informações para a organização do atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência. Este documento traz contribuições valiosas para nortear a reflexão sobre conceitos e práticas da escola para a atenção à diversidade.

O documento propõe, baseado na Constituição Federal de 1988, que os professores que atuam no atendimento educacional especializado, além da formação básica em Pedagogia, devem ter uma formação específica para atuar com a deficiência a que se propõem atender. Assim, como o atendimento educacional especializado, os professores não substituem as funções do professor responsável pela sala de aula das escolas comuns, que têm alunos com deficiência incluídos. O atendimento educacional especializado deve ser oferecido em horários distintos das aulas das escolas comuns, com outros objetivos, metas e procedimentos educacionais.

Sabemos que a capacitação profissional ainda está aquém do desejado. Existe uma tendência por parte dos poderes públicos, em ofertar cursos intermediários para os docentes que trabalham como apoio aos alunos especiais, porém esses cursos não abarcam o atendimento especializado. A falta do profissional especializado e da estrutura necessária para esse atendimento, comprometem o processo de inclusão, pois esse trabalho é de suma importância para complementar o que é realizado em sala de aula regular.

Alguns fatores são relatados pelos profissionais das escolas regulares que levantam também a dificuldade de frequência desses alunos em participarem do trabalho no contra turno, a família não se compromete com o processo, quebrando assim um elo importantíssimo para o avanço do educando.

De acordo com a lei 12.764 de 27 de dezembro de 2012, no artigo 3 em seu parágrafo único – são direitos da pessoa com transtorno do espectro autista: “Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado”.

Devido à crescente demanda de alunos com necessidades especiais matriculados na rede regular de ensino as quantidades de profissionais qualificados não atendem a realidade atual. Isso pode acarretar a princípio, um problema estrutural no processo inclusivo, porém deve ser tratado pelo poder público como urgente pauta formativa e com atenção voltada ao educando, que por muitos anos se manteve à margem da sociedade.

Segundo Mantoan (2005), inclusão é a capacidade de perceber e reconhecer o outro, nos proporcionando assim, a vantagem de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. Para ela, a educação inclusiva deve acolher todas as pessoas sem exceções. A escola precisa se abrir às diferenças e aprender a trabalhar com todos os educandos, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais.

Para que a inclusão seja de fato efetivada, é necessário que os sistemas educacionais quebrem paradigmas pré-estabelecidos em que, em muitas situações, ainda se observa uma educação que beneficia apenas parte dos alunos, conforme nos diz Moreno (2009)

A educação inclusiva tem como um de seus princípios, a valorização da diferença e o respeito às singularidades do ser humano.

O princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade e da comunidade humana. Quando a educação inclusiva é totalmente abraçada, nós abandonamos a idéia de que as crianças devem se tornar normais para contribuir para o mundo (KUNC, 1992 apud CÂNDIDO, 2009).

Muitos educadores demonstram ansiedade, por não conhecerem a essência de um processo inclusivo, em direcionar o aluno com necessidades especiais à conseguirem metas propostas aos demais alunos da sala regular. Isso é um equívoco, a proposta da educação inclusiva vai além de padrões estabelecidos socialmente, ela vai ao encontro das potencialidades reais do aluno, ofertando e estimulando a aquisição de autonomia nas vivências diárias. Alguns alunos serão capazes de inúmeras ações, outros menos, mas cada um vencendo suas limitações a seu tempo.

Inclusão é um processo coletivo, em que os profissionais, a família e a comunidade trabalham em prol de um mesmo objetivo. O conhecimento do assunto, as vivências diárias e, sobretudo o respeito, são peças fundamentais para a concretização do processo inclusivo. A escola deve estar preparada tanto estruturalmente como humanamente, para receber os alunos com necessidades especiais, toda a comunidade escolar deve estar ciente do assunto, em como agir, como receber e se posicionar diante de um aluno “especial”. Os preconceitos devem ser abolidos na prática pedagógica e o acolhimento à essas crianças, deve ser conduzido de maneira natural e receptiva, isso com certeza fará com que o processo seja mais significativo e edificante.

O professor deve trabalhar em conjunto com o profissional de apoio na sala de aula e compreender que o aluno com Transtorno do Espectro Autista faz parte de sua turma e necessita sentir isso. O avanço desse aluno é significativo, mas nunca pode ser comparado com “padrões” estabelecidos previamente.

Esses aspectos são fundamentais em todos os níveis de ensino de nosso sistema educacional, porém, nas séries iniciais do ensino fundamental os resultados previstos para aquela etapa são permeados por instrumentos avaliativos diversos e isso gera uma série de questões que envolvem todo corpo pedagógico da escola.

Como todo aluno do ensino regular, o aluno com esse transtorno, precisa ser observado como um todo, isso faz toda a diferença no processo inclusivo. Os profissionais precisam acreditar que esse aluno é capaz de aprender, produzir conhecimentos e atingir o máximo de autonomia que lhe é direito. Por isso, a conscientização da comunidade escolar e o apoio familiar são primordiais para o sucesso desse aluno.

Na vida cotidiana, podemos propor tarefas para serem executadas em perfeita sintonia com a família, alcançando etapas previamente estabelecidas. Cada etapa superada demanda uma nova. Poderemos começar pelos afazeres diários que precisam ser realizados cotidianamente. Inicialmente, o que é mais importante aprender para outorgar autonomia deverá ser privilegiado. Ainda que o aluno não aprenda perfeitamente o que se busca ensinar, ele estará trabalhando sempre a intenção, a comunicação, a cognição, os movimentos e outras habilidades. (CUNHA, 2013, p.117)

Muitos profissionais, talvez por desconhecerem a essência da educação inclusiva, presam pela aquisição de metas e resultados padronizados em relação à criança com TEA. Ficam tensos e preocupados em como essa criança vai conseguir alcançar o aprendizado “esperado”. Esse aprendizado deve ser alcançado de acordo com o potencial da criança, o professor deve se perguntar constantemente sobre quais são as conquistas desse aluno no momento? Quais são as possibilidades vislumbradas? Quais recursos usar para que o aluno consiga atingir o aprendizado possível naquele momento? Essas são perguntas pertinentes no que tange ao universo escolar de uma criança TEA inserida nas séries iniciais do ensino fundamental.

Vale evidenciar que o conhecimento do diagnóstico médico é um referencial para a condução do trabalho pedagógico. O laudo médico não é um decreto, uma verdade absoluta que determina o que o aluno vai aprender ou deixar de aprender, é um instrumento usado para se conhecer melhor a realidade e necessidades desse aluno, e a partir das informações tanto do laudo, quanto do contexto social, o professor poderá buscar um norte para o seu trabalho e selecionar as estratégias a serem adotadas.

Segundo Cunha (2013), uma atividade pedagógica ideal oferece a oportunidade do aluno TEA descobrir, paulatinamente, conceitos científicos ligados à diversas áreas do conhecimento, além de trazer para a escola a vivência social.

As crianças com TEA podem se destacar em habilidades visuais, musicais, artísticas e matemáticas, e a observação diária permite captar essas habilidades, aproveitando-as para aplicar os objetivos traçados para aquele aluno.

O seu processo de aquisição do saber é semelhante ao de qualquer outro educando. Porém, como vimos enfatizando, no que tange à atenção, nem sempre o foco estará naquilo que o professor apontar ou falar. Nesses casos, será sempre preciso canalizar seus afetos para o processo de ensino. O afeto é o melhor canalizador da atenção. Daí, também a importância da observação, para sabermos o que fazer. (CUNHA, 2013, p.125)

O professor deve estimular ao máximo a atenção do aluno TEA, pois uma de suas características é o déficit de atenção, que por conta de sua dificuldade de comunicação, pode comprometer a aquisição do conhecimento imediato dentro da sala de aula.

O fato de o aluno TEA estar matriculado no sistema regular de ensino não caracteriza a inclusão de fato desse aluno. São inúmeros aspectos a serem elencados para atingir o objetivo proposto pela educação inclusiva. A inclusão dos alunos nas séries iniciais passa por uma fase importantíssima, pois é um momento crucial de reflexão sobre práticas pedagógicas, não somente para alunos com necessidades especiais, mas de todos os alunos. Não existem dois alunos com espectro autista iguais, nem mesmo dois alunos do ensino regular iguais. A diversidade está presente em todos os seguimentos sociais, e a diferença faz parte da realidade presente nas salas de aula de qualquer escola.

A garantia de educação para todos, apesar de estar respaldado legalmente desde a promulgação da Constituição em 1988 e de inúmeras leis posteriores a ela, ainda hoje necessita de compreensão, qualificação profissional e atuação efetiva da comunidade escolar. Pode-se dizer que o processo de inclusão está acontecendo paulatinamente, pois requer uma série de fatores essenciais para que de fato seja efetivo e significativo para o aluno, família e sociedade.

### **3. A parceria família e Escola**

A maioria dos casos de suspeita de crianças com Transtorno do Espectro Autista são levantadas na escola. São os profissionais da educação que orientam a família a encaminhar a criança para o atendimento médico. Essa orientação, muitas vezes, não é encarada de forma confortável pelo membro familiar, pois envolve uma cultura muito enraizada em nossa sociedade, reflexo de uma história de exclusão, falta de informação e preconceito diante da possibilidade de lidar com uma criança “fora dos padrões” que a própria sociedade estabelece.

O diagnóstico de autismo de um filho afeta todos na família direta ou indiretamente. Além disso, a forma de a família enfrentar o diagnóstico pode afetar a qualidade do atendimento a essa criança, bem como a relação entre os membros da família. O autismo, no entanto, é “democrático”. Não se sujeita a condições socioeconômicas, cultural ou racial e pode ocorrer em todos os tipos de famílias. (SCHMIDT, 2013, p.84)

Ao abordarmos esse assunto, é importante frisar que nossa observação considerou a realidade de uma escola pública que recebe crianças e adolescentes oriundos de famílias que vivem na periferia, com poucos recursos financeiros, carentes de informações que as levem a busca de um entendimento mais próximo da realidade de seu filho, pois sabemos que as informações acerca do espectro autista, até mesmo para famílias de classes sociais mais favorecidas, ainda são complexas, pois não se caracteriza como um diagnóstico simples.

Essa descoberta requer uma visão de vários profissionais da área da saúde, bem como o corpo pedagógico, como suporte ao desenvolvimento integral da criança e apoio ao grupo familiar.

A escola torna-se um elo muito importante entre as famílias, assim, toda a equipe pedagógica deve estar integrada, bem informada sobre o contexto no qual o aluno está inserido e, sobretudo, preparada para acolhê-lo, oferecendo-lhe uma prática pedagógica que favoreça o seu processo de construção do conhecimento, a construção da autonomia e seu desenvolvimento integral.

Além das diferentes opiniões, estudos ainda vêm mostrando que a falta de capacitação profissional no conhecimento do autismo e no trabalho com as famílias ainda é evidente nos relatos dos familiares. Uma pesquisa de Rhoades, Scarpa e Salley (2007), por exemplo, revelou que muitos profissionais não dão informações sobre o autismo que sejam considerados suficientes pelos pais e um número deles ainda não propiciam informações sobre os tratamentos disponíveis. (SCHMIDT, 2013, p.94)

A falta de qualificação profissional, infelizmente é uma constante nos dias atuais, tanto no que tange aos professores regentes, quanto aos profissionais de apoio ou professores que atuam no atendimento educacional especializado, embora a qualificação do profissional do Atendimento Educacional Especializado esteja melhorando significativamente, devido às exigências da legislação vigente.

O professor de Atendimento Educacional Especializado é indispensável para a efetivação da inclusão dos alunos que são público-alvo da educação especial, matriculados nas escolas regulares. Esse profissional busca estabelecer um diálogo com os demais professores e profissionais que atendem os alunos e busca recursos que amenizem ou solucionem os problemas enfrentados pelos alunos da Educação Especial. Esse profissional tem a função de organizar recursos pedagógicos que atendam às necessidades e especificidades de cada aluno, que é único. Ele é fundamental no que se refere à organização do espaço e adaptações que devem ocorrer no âmbito escolar para melhorar o atendimento dos alunos inseridos na escola. (SEESP/MEC/2008)

O atendimento especializado deve ser realizado em horário contra turno escolar, pois é um trabalho suplementar ao da sala de aula regular. Esse trabalho está intimamente atrelado a disponibilidade e comprometimento familiar, pois o aluno deve participar em dias e horários definidos pela escola. Há relatos onde profissionais reclamam da falta de compromisso e continuidade no trabalho junto ao AEE, prejudicando o avanço pedagógico do aluno.

O atendimento especializado para o aluno autista é fundamental, principalmente no que tange a estimulação da atenção, concentração e tarefas básicas para seu desenvolvimento como integral buscando sua autonomia pessoal.

Os sistemas de ensino encontram-se diante das demandas da sociedade contemporânea. Sem dúvidas, sobre os professores, recaem as maiores exigências, estes, inegavelmente, necessitam de maior apoio dos governos, como forma de viabilização das políticas educacionais. As reformas ocorridas nas políticas de

educação no Brasil nos últimos anos deram incontestável ênfase ao exercício docente no que tange à formação e às práticas de ensino, na perspectiva de uma educação inclusiva e para a diversidade. (CUNHA, 2013. P.139)

Fica evidente que o professor regente está diretamente envolvido nos processos em que se evidenciam os desafios a serem enfrentados e, muitas vezes, esse profissional não teve a oportunidade de cursar durante sua formação inicial, disciplinas que se propusessem a discutir a educação inclusiva e seus desdobramentos, como é o caso dos professores que atuam nas séries iniciais do ensino fundamental. Diante disso, muitas vezes eles não conseguem ter uma visão integral do sujeito com necessidades especiais que está inserido em seu contexto de sala de aula.

As dúvidas e anseios são múltiplos, desde como planejar suas atividades pedagógicas até sua posição em relação ao aluno, transferindo a “responsabilidade” para o profissional de apoio (quando existe).

A Declaração de Salamanca (1994), documento importantíssimo para a construção de políticas públicas referentes à educação especial, traz recomendações fundamentais para nortear a implementação da educação inclusiva. Dentre elas, destaca-se que toda criança tem direito fundamental à educação, e deve-lhe ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem. Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas. Os sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados, no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades. Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades. Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva, constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos.

Devemos lembrar que a inclusão não se refere apenas a pessoas com necessidades educacionais especiais. Refere-se a todos nós, a toda a educação. Os verbos educar e incluir são conjugados juntos. Quando incluimos, não incluimos apenas aspectos pedagógicos do sujeito, mas todo o seu humano. Quando incluimos, educamos e, quando educamos, incluimos. (CUNHA, 2013, p.103)

A pedagogia do afeto deve ser uma premissa na prática pedagógica diária de todos os profissionais da educação, seja professores, pedagogos, diretores e comunidade escolar como todo. Para que as habilidades do ser humano sejam afloradas, primeiro devemos acreditar nelas, e o afeto é o propulsor desse desenvolvimento, pois é inerente ao ser humano.

A escola inclusiva é aquela que não segrega, não rotula, não diminui, pelo contrário, exalta, apoia, dá dignidade e, sobretudo acredita. Para que a ação

inclusiva seja alcançada, as políticas públicas devem ser efetivadas de acordo com as demandas sociais, os profissionais instruídos com suporte adequados, aliado ao apoio familiar que engloba e fundamenta a prática desse processo tão urgente e significativo socialmente.

### Considerações finais

Há muito ainda a ser conhecido a respeito do tema “autismo”, a leitura desse transtorno não se baseia em diagnósticos fechados, nem tão pouco em crenças reproduzidas socialmente.

A política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas aponta para a importância de rever concepções e modelos, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças, valorizando seu potencial e atentando para suas reais necessidades.

A família tem um papel de suma importância no processo de inclusão da criança com transtorno do espectro autista, pois fortalece os vínculos com a escola e estabelece uma relação de reciprocidade no trabalho pedagógico.

De acordo com o cenário atual, a ação familiar no contexto escolar inclusivo não se difere do sistema regular de ensino, onde sua participação é limitada e em muitos casos compromete o processo ensino aprendizagem pela falta de compromisso, envolvimento ou conhecimento em torno das reais necessidades do educando. Portanto, nesses casos, a família se compromete, às vezes, por excesso de superproteção ou pela ausência de suas responsabilidades, como sujeito importante da ação educativa.

O processo inclusivo, de um modo geral, está acontecendo paulatinamente em nosso sistema educacional brasileiro, a criança com autismo está inserida nesse contexto e por ser um transtorno que dentre outros, englobam as capacidades cognitivas, traz à tona diversas discussões acerca de como esse processo acontece na prática docente.

Dessa forma, corroborando com diversos autores, acreditamos que não é o aluno que deve se ajustar ou se adaptar à escola, mas é ela que, consciente de sua função, deve colocar-se à disposição do aluno, tornando-se um espaço inclusivo.

Especialmente, a realidade sobre a inclusão que vivenciamos hoje na cidade de Uberaba-MG, não é exclusividade no país, por se tratar de um processo complexo e que exige, dentre outros aspectos, a reestruturação do sistema educacional, a qualificação dos profissionais na área da educação, a parceria com profissionais da área da saúde e com a família dos alunos, conseqüentemente, fragilidades em uma dessas esferas geram resultados não favoráveis ao ideal inclusivo.

Políticas públicas municipais são realizadas para que os profissionais de apoio atuem na área da educação inclusiva, contudo, muitos professores regentes não possuem formação que os habilitem para a prática em sala de aula. Há poucos profissionais com nível superior ou com especialização na área de educação inclusiva trabalhando na rede pública de ensino.

Partindo desse pressuposto, é necessário propormos ações e práticas pedagógicas que possam auxiliar neste contexto em que estamos inseridos. Precisamos avançar sempre, no que diz respeito a superar desafios, desenvolver estratégias pedagógicas que atendam da melhor forma as necessidades educacionais dos alunos, e uma delas, é a qualificação profissional de todos os atores envolvidos nesse processo.

A escola inclusiva é aquela que reconhece cada um de seus alunos, respeita suas especificidades, atende suas necessidades, valoriza suas potencialidades, oferecendo a todos os alunos matriculados, educação de qualidade e humanizada.

## Referências

ASPERGER, H. (1991). Autistic psychopathy in childhood. In U. Frith (Ed.), **Autism and Asperger syndrome** (p. 37-92). Londres: Cambridge University Press.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: subsecretaria de edições técnicas 2004. 122 p.

\_\_\_\_\_. MEC/SECADI. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da**

**Educação Inclusiva**, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 08 de jun. 2018.

\_\_\_\_\_. MEC/SEESP. **Educação Inclusiva Atendimento Educacional Especializado para a Deficiência Mental**, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/defmental.pdf>. Acesso em: 28 de maio 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Lei nº 12.764 de dezembro de 2012**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm) >. Acesso em: 02 de jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Retratos do Autismo no Brasil 2013**. Disponível em: <https://www.autismo.org.br/site/images/Downloads/RetratoDoAutismo-20131001.pdf>. Acesso em: 28 de maio 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei de Inclusão. Lei nº 13.146 de julho de 2015**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)>. Acesso em: 08 de jun. 2018.

CRUZ, T. **Autismo e Inclusão: Experiência no Ensino Regular**. São Paulo: Paco, 2014.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na Escola: um jeito diferente de aprender**. Rio de Janeiro: Wak, 2013.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> >. Acesso em: 08 de jun. 2018.

KANNER, L. (1997). Os distúrbios do contato afetivo. In P.S. Rocha (Org.), **Autismos** (pp. 111-170). São Paulo: Escuta. (Trabalho original publicado em 1943).

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão é o Privilégio de Conviver com as Diferenças. In: *Nova Escola*, maio, 2005.

MORENO, Patrícia Cândido. **As Dificuldades da Escola Perante a Inclusão Escolar** (2009). Disponível em: <<http://www.pedagogia.com.br/artigos/incluescolar/index.php>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

SCHMIDT, C. **Autismo Educação e Transdisciplinaridade**. São Paulo: Papirus, 2013.

TUCHMAN, R. e RAPIN, I. **Autismo**: Abordagem neurobiológica. Porto Alegre: Artmed, 2009.

- **Andreia Beatriz Moreira**: CV: <http://lattes.cnpq.br/2009568787494924>

- **Vivian Zerbinatti da Fonseca Kikuichi**: CV: <http://lattes.cnpq.br/6346755982382415>